

A ambivalência do espaço público face à fragmentação social e política: para uma compreensão fenomenológica da ideia de “nós” em comunicação

The ambivalence of public space in face of social and political fragmentation: towards a phenomenological understanding of the “we” idea in communication

João Carlos Correia¹

Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes

e Letras, LabCom

jcorreia@ubi.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6317-9007>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_4

Resumo:

A pretexto da referência temporal à obra seminal de Habermas sobre o espaço público, visita-se o conceito e faz-se um balanço das transformações que o marcaram, incluindo a sua fragmentação, a formação de um tribalismo no plano da ação política e do conhecimento, a despolitização da experiência quotidiana e o seu impacto na construção de subjetividades sociais, culturais e políticas.

Na linha de um pensamento pós-habermasiano que recolhe contributos da fenomenologia husserliana, propõe-se recorrer ao conceito de empatia. Simultaneamente, interrogam-se os limites desta proposta como psicologizante e centrada no ego do observador através dos conceitos de “mundo da vida” e de reconhecimento.

A metodologia é hermenêutica e interpretativa, recorrendo à releitura de clássicos e de reflexões mais recentes que incidam sobre a história do conceito e das suas transformações.

Palavras-chave: Espaço público; experiência; empatia; mundo da vida; reconhecimento.

Abstract:

Under the pretext of the temporal reference to Habermas' seminal work on public space, the concept is visited, and a balance is made of the transformations that marked it, including its fragmentation, the formation of tribalism in terms of political action and knowledge, the depoliticization of everyday experience and its impact on the construction of social, cultural, and political subjectivities.

In line with a post-Habermasian thought that gathers contributions from Husserlian phenomenology, it is proposed to resort to the concept of empathy. Simultaneously, the limits of this proposal as psychologizing and centered on the observer's ego are questioned through the concepts of "lifeworld" and recognition.

The methodology is hermeneutic and interpretive, resorting to a rereading of classics and more recent reflections that focus on the history of the concept and its transformations.

Keywords: Public space; experience; empathy; lifeworld; recognition.

¹ Professor Associado da UBI e Doutor e Agregado em Comunicação. Autor de vários livros e artigos, responsável de projetos de investigação, coordena o GT de Jornalismo e Sociedade da SOPCOM. As atuais áreas de pesquisa são Espaços Públicos Políticos e Culturais, Teoria Crítica, Jornalismo Local e Comunitário, interessando-se recentemente pela dimensão comunicativa dos movimentos e tendências totalitárias. Editou, recentemente, *De que falamos quando dizemos jornalismo?* (em conjunto com Inês Amaral, 2021).

O conceito: algumas notas

Na teoria política e social, a compreensão do espaço público burguês começa verdadeiramente com Jürgen Habermas. Este debruçou-se sobre a afirmação do espaço público nas condições da modernidade e recuperou o conceito para além do seu vínculo à imagem da *Agora*, a fim de conferir uma dimensão histórico-sociológica e filosófica que coincide com as transformações resultantes da afirmação e consolidação de novas formas de vida urbana emergentes no século XVIII: a ascensão da burguesia, o aparecimento da imprensa, a formação das cidades, o surgimento de um público letrado e de uma opinião informada resultante do debate entre cidadãos (Habermas, 1984, p. 36).

Um dos elementos determinantes desta aproximação ao espaço público liberal consiste no facto de a mesma ter a sua génese no espaço público literário sendo aí que se tornou político. O espaço público liberal ostentou, assim, uma dimensão literária e estética, onde o texto impresso desempenhou um papel central para a formação de um novo tipo de subjetividade. “Ainda antes que a

natureza do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas”, formou-se sob proteção da família “o esboço literário de uma esfera pública a pensar politicamente” (Habermas, 1984, p. 44).

A análise habermasiana, posteriormente, centrou-se num conjunto de reflexões filosóficas e antropológicas que transcenderam a análise empírica das condições sociais, históricas e culturais concretas favoráveis à participação dos cidadãos. A realização das condições de possibilidade do agir justo passou a implicar o desenvolvimento crescente das capacidades comunicativas, o que é devido à influência da linguística de Chomsky, da sociologia do conhecimento e da hermenêutica (cf. Pesetsky, 1999; cf. Papastephanou, 2012).

A partir da dualidade entre trabalho e interação, o novo paradigma da racionalidade acentuadamente discursivo decorre num pano de fundo antropológico onde se adota a diferença entre ação estratégica e ação comunicativa (cf. Habermas, 1987, p. 144). Na ação comunicativa, o conhecimento racional resulta do intercâmbio linguístico entre os

sujeitos. Ao procurarem o conhecimento de algo no mundo, os sujeitos encontram-se preliminarmente numa situação na qual predominam relações intersubjetivas que tornam possível um entendimento entre eles.

Finalmente, Habermas focou-se na análise das condições processuais de exercício do debate e deliberação pública proporcionadas pelo Estado de Direito, debruçando-se sobre as “regras de discurso e formas de argumentação que vão buscar o seu conteúdo normativo a uma base de validade da ação orientada para atingir a compreensão” (cf. Habermas, 1996, p. 296).

Críticas ao conceito habermasiano de espaço público

Uma das objeções levantadas ao modelo da deliberação racional vigente no espaço público consiste em que a formação da vontade pode conter protocolos e formas de linguagem próprias, não problematizadas, que levantam entraves à admissão de novas identidades e de formas de expressão alternativa. Se a deliberação

é orientada para a busca de um consenso produzido pela “força do melhor argumento”, algumas vozes terão as suas pretensões indeferidas por serem fracas, desinformadas ou não racionais. Há rituais, gestos, comportamentos, circunstâncias e conjuntos de signos que acompanham os discursos e cuja destreza no seu uso se torna, ela própria, uma insígnia e uma marca de pertença ao espaço discursivo em causa (Young, 1996, p. 123).

Esta crítica talvez explique a atração perversa que alguns tipos de populismo protofascista suscitam pelas suas formas de participação política baseada na rejeição de protocolos de fala que ignoram ou não dominam. E, conseqüentemente, na sua substituição por protocolos de fala hiperbolizados, exagerados e agressivos que, muitas vezes, têm como alvo os modelos discursivos dos seus oponentes, através da sua caricatura, silenciamento ou cancelamento.

A história demonstra que as minorias podem ser afastadas do espaço público porque a cultura política vigente e o *habitus* discursivo dominante tendem a empurrá-las

para as margens. A teoria social feminista, sensível aos hábitos e aos protocolos de fala, lembrou que todos os seres são situados e ninguém pode apresentar um ponto de vista completamente desapaixonado e impessoal. Iris Marion Young propôs substituir o conceito de público civil por “uma visão de um público heterogêneo que reconhece e afirma as diferenças de grupo” (Young, 1990, p. 23).

Como exemplo desta heterogeneidade dos públicos e das suas formas de expressão, manifesta-se ao longo da modernidade o surgimento, no próprio espaço público, de uma elite de mulheres que construiu aquilo a que Fraser se refere como uma contra-sociedade civil (*counter-civil society*) de associações voluntárias alternativas, de natureza cultural e filantrópica, constituídas unicamente por mulheres que, frequentemente, usaram de forma criativa os idiomas “privados” da domesticidade e da maternidade como trampolins para a atividade pública. Outras, usando manifestações e protestos de rua, continuaram a lutar contra a sua exclusão do espaço público e contra a privatização das questões de

gênero (cf. Fraser, 1990, p. 61). Neste sentido, centrar a observação numa esfera predominantemente masculina e burguesa, por ignorância da sua natureza heterogênea, conduzia a um enviesamento classista e de gênero da própria noção de publicidade.

Ao observar estes movimentos sociais implicados e comprometidos com cidadãos que se julgam objeto de agravo, denota-se um conceito de cidadania diferenciada como a melhor maneira de conseguir a inclusão de todas as pessoas (Young, 1996, p. 100). Cada participante na interação comunicativa é diferencialmente posicionado e cada um reconhece “que outros arrastam atrás de si sombras e histórias, cicatrizes e rastos que não se tornam presentes na nossa comunicação” (Young, 1996, p. 132). Isto é, o espaço público não pode deixar de reconhecer os diferentes circunstancialismos históricos (dos temas às relações de forças) que rodeiam os processos de dominação social. A ausência de reconhecimento de diversos espaços públicos e arenas discursivas conduziu a que a teorização inicial de Habermas se revelasse insuficiente para pensar um modelo alternativo

além do modelo do espaço público burguês (cf. Fraser, 1990, p. 58).

Na sequência destas reflexões, as portas foram abertas à pesquisa sobre diversas situações históricas da dominação: sucederam-se a análise do movimento operário – desenvolvida por Oskar Negt e Alexander Kluge (1993) –, do movimento sufragista (DiCenzo, 2000; DiCenzo, Delap, Ryan, 2011), da luta contra a discriminação racial (Dominguez, 1995; Magalhães, Cerqueira & Bernardo, 2012), contra a discriminação de gênero (Göle, 1997; Baxter, 2006), contra a violência doméstica (Pérez & Arfelis, 2019), contra as dominações coloniais (Fraser, 2007), a favor dos movimentos de justiça ambiental (Goodman, 2009; Escríhuela, 2013; Torgerson, 2006, 2008, 2010), dos grupos de defesa das pessoas LGBTQ+ (McCann, 2011; Bilodeau, Turgeon, White & Henderson, 2018), bem como da luta contra formas de estigmatização sobre portadores de deficiência, grupos ostracizados por doenças com sintomas que provocam rejeição social ou preconceito como a lepra (Mendonça, 2007) ou, em determinada fase da epidemia, a SIDA

(Fabj & Sobnosky, 1995; Gillett, 2003; de la Dehesa, 2010).

Como é explicitamente referido pelo próprio, Habermas interiorizou algumas destas críticas, assinalando que, graças ao potencial de auto-transformação do espaço público, os movimentos operários e o feminismo produziram discursos que puseram em causa e abalaram as estruturas que inicialmente os constituíram como “o outro” do espaço público burguês (Habermas, 1996, p. 374). A descrição das estruturas do espaço público passou a incluir uma rede de esferas subculturais que se sobrepõem umas às outras e cujas fronteiras reais, sociais e temporais, são fluidas.

A fragmentação do espaço público

O alargamento sociológico das formas de agenciamento que autorizam a diversificação das pretensões de validade e das práticas discursivas foi decisivo para as transformações estruturais do espaço público.

Em torno da reflexão sobre a publicidade surgiu a noção de

contra-público (Negt & Kluge, 1993), o qual oferece formas de solidariedade e reciprocidade baseadas na experiência coletiva de marginalização e expropriação, e implica a existência da luta discursiva entre grupos subordinados como condição de possibilidade de se sobreporem e formarem alianças (Negt & Kluge, 1993, p. 39). A noção de contra-públicos subalternos caracterizou espaços alternativos ocupados por grupos sociais subordinados como mulheres, trabalhadores, pessoas de cor e de orientações sexuais diferentes (cf. Fraser, 1990). Representa “arenas discursivas paralelas em que membros de grupos sociais subordinados criaram e fizeram circular contradiscursos que lhes permitiram formular interpretações de natureza oposicional das suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1990, p. 6).

Por outro lado, a globalização e a emergência de grandes poderes transnacionais erodiu a ideia de um espaço público correlato de um poder soberano nacional, fazendo emergir o ideal de um espaço público global. Este conceito implicou também novos

*Em torno da
reflexão sobre a
publicidade surgiu
a noção de contra-
público (Negt &
Kluge, 1993)*

desafios complexos, por colocar o debate público face a novos problemas. As alterações climáticas, o ambiente, a regulação da economia, os direitos dos trabalhadores, ou os desafios da bioética dificilmente podem conciliar-se num enquadramento vestefaliano, que legitimou os Estados nacionais como forma política fundamental (cf. Fraser, 2007).

Alguns dos principais temas que mobilizaram a atenção mundial nas últimas décadas, como sejam os riscos do uso pacífico de energia nuclear, a consciência ecológica e as ameaças que rodeiam o meio ambiente (chuvas ácidas, poluição da água, extinção de espécies, alterações climáticas, diminuição da biodiversidade), os riscos implicados nos projetos que usam tecnologia em larga escala, as experiências científicas ligadas à engenharia genética, os direitos da mulher, os problemas da imigração e do multiculturalismo raramente foram questionados por aparelhos estatais ou sistemas funcionais de grande escala, tendo-o, antes, sido por estruturas comunicativas mais sensíveis à deteção de situações problemáticas (cf. Habermas, 1996, p. 381).

As políticas públicas associadas a estes elementos determinantes, de que são exemplo recente as chamadas opção verde e opção digital do Programa Europeu de Recuperação e Resiliência da pandemia, continuam, todavia, a ser decididas *top-down*. Embora recebam impulsos significativos de esferas informais, só são objeto de uma discussão deliberativa nos espaços públicos formais dotados de maior poder institucional num momento posterior. O esforço deliberativo não peca por excesso, mas, antes, por eficácia em se impor.

Ao mesmo tempo, ainda graças à globalização e ao processo de desterritorialização, a maximização da utilidade individual e o declínio do público ligados ao ambiente cultural do neoliberalismo minimizaram as diferenças entre os modelos de racionalidade, fixando-os em torno da eficácia na obtenção da gratificação pessoal.

A mensagem da contracultura e da nova esquerda proveniente das lutas sociais dos anos 60 e 70 articulou-se, de forma simples, com a direita liberal e o tecnoliberalismo.

Com a sua pulsão antiautoritária e a sua ênfase nas “políticas da vida” tornaram-se, ao menos, ocasionalmente, protagonistas de uma crítica generalizada ao Estado Social e aos impedimentos à realização individual do empreendedor, crítica que se iniciou nos anos 80 e terá conhecido o seu apogeu por volta da crise das dívidas públicas nacionais, em torno de 2008-2010.

Tratou-se de uma confluência histórica, provavelmente indesejada pelos seus líderes, mas para a qual contribuíram, ao mesmo tempo, a fluidez das novas narrativas identitárias e políticas aliadas ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo, centradas num sujeito autopoietico e criador de si, a erosão da ideia de “público” em alta desde 1945 e a decadência do comunismo, como matriz em torno da qual se estruturavam as grandes narrativas.

Nas transformações do espaço público no século XXI, este foi conhecendo uma sucessiva fragmentação ora em tribos epistemológicas (comunidades de saber), ora em tribos políticas (comunidades de poder), ora em tribos de reconhecimento mútuo

(comunidades de afetos). O espaço público atual reforçou a natureza que, afinal, sempre fora a sua, de um campo de forças heterogéneo.

Logo, o essencial sob o ponto de vista comunicativo é a criação de políticas públicas e de mecanismos discursivos da sociedade civil que reponham equidade no acesso à capacidade de influenciar, que passam, necessariamente, por dois níveis de atuação: lutas espontâneas que emergem de contra públicos organizados da sociedade civil em defesa de áreas como sejam o financiamento estadual e/ou comunitário para projetos e exposições de arte, a defesa do papel reflexivo dos currículos de humanidades, artes e ciências da comunicação, o reconhecimento de identidades, a revisitação da memória e da história, e, a nível ainda mais global, a apropriação de dados pelas *Big Tech*, a regulação política e taxação fiscal dos monopólios (digitais e outros), a proletarianização das profissões intelectuais e, decididamente, a luta por políticas públicas que conduzam à regulação da influência comercial e oligopolista das corporações tecnológicas.

O espaço público cultural

A articulação da esfera política com a esfera cultural, uma das teses fundamentais de Habermas (1984), verificou-se em fenómenos diversos desde a sua génese no século XVIII até hoje.

A subjetividade nascida e cultivada no interior da família burguesa restrita, essencial à construção de sujeitos dotados de autonomia, expressa-se, ao longo do século XVIII, no surgimento do romance psicológico, de que o culto do amor-paixão e a prática epistolar constituirão as manifestações mais significativas. Autores como Jean-Jacques Rousseau, Goethe e, em Portugal, a Marquesa de Alorna constituem uma incursão particularmente vigorosa no terreno da subjetividade íntima (Lopes & Saraiva, 1978, p. 619). O ambiente crítico originou, na mesma altura, romances satíricos, comédias de costumes e a proliferação de géneros como epigramas, panfletos e libelos e caricaturas. Em Inglaterra, Samuel Johnson, Daniel Defoe e Jonathan Swift dedicam-se ao jornalismo panfletário e à sátira (Hazard, 1974, p. 72; Basualdo, 1995, pp. 202-203). Em França, Voltaire,

Diderot e Beaumarchais satirizaram as classes dirigentes e os costumes sociais dominantes (cf. Picazo & Gutierrez, 1995, pp. 229-34). Em Portugal, Nicolau Tolentino mostra-se um iluminista convicto, fazendo lembrar Voltaire (Buesco, 1995, pp. 15-19). As personagens representativas de classes excluídas que aspiram à ascensão expressam-se em fórmulas narrativas praticadas por autores como Daniel Defoe, que se destaca com *Robinson Crusoe* como uma metáfora do individualismo empreendedor e aventureiro (cf. Basualdo, 1995, p. 202). Esta concomitância entre esfera política e cultural reflete-se, no século XIX, nas mudanças temáticas na literatura inglesa a propósito do papel das mulheres: são intelectuais e escritoras que se destacam, frequentemente, nas associações de promoção dos direitos da mulher. Os romances de Jane Austen, Emily, Jane, Anne Brontë e George Eliot são recordados pelo facto de representarem uma sensibilidade expressa na apreciação de Virgínia Woolf pelo facto de serem autoras que escrevem como mulheres (Valverde, 1995a, pp. 25-36). Estas mudanças temáticas alargam-se à introdução

de temas sociais como a descrição da pobreza do operariado decorrente da Revolução Industrial presente no romance realista “vitoriano”, um retrato de que Charles Dickens é um autor exemplar (Valverde, 1995b, pp. 37-48). Como um exemplo final, cite-se ainda entre o século XIX e XX, a criação e alargamento de novos públicos por influência de novas formas de expressão como o jornalismo, o cinema e a rádio, de que é corolário a coincidência entre o surgimento das massas como formação social e identidade política e o desenvolvimento das novas formas de expressão cultural identificadas como “indústria cultural” ou “cultura de massas”, resultantes da reprodutibilidade técnica (Adorno, 1987; Adorno & Horkheimer, 1995; Benjamin, 1997).

Não se tratando de uma abordagem de natureza historiográfica exaustiva, naturalmente impossível, tais referências são apenas exemplos demonstrativos da dimensão cultural do espaço público.

A recorrente concomitância entre as esferas política e cultural verificou-se de modo intenso na afirmação das estruturas comunicativas do espaço

público na 2ª metade do século XX, frequentemente, acompanhada pela eclosão de novas manifestações criativas. Permitiram o surgimento de novas gramáticas e formas expressivas que, ao representarem novas subjetividades e identidades bem como os seus problemas, reduziram o nível de subjugação ou desvantagem nos espaços públicos oficiais (Fraser, 1990, p. 67), as quais se fazem sentir sobretudo ao nível da sub-representação.

Dificilmente os chamados anos 60 e 70 com as suas manifestações muito diversificadas de intervenção política podem ser pensados sem um conjunto de figuras como cantautores, poetas públicos e inovações estéticas com destaque para cinematográficas, musicais, teatrais e literárias, pictóricas, poéticas e o surgimento de experiências que buscavam uma dissolução de fronteiras entre categorias artísticas tradicionais.

Desde as várias formas de música de intervenção ao *free-jazz*, às múltiplas manifestações de convergência do *jazz* com as tradições nacionais, à música de vanguarda, aos novos cinemas e vagas portuguesa, francesa, italiana, inglesa, alemã, polaca,

checoslovaca e brasileira; às experiências teatrais de Augusto Boal com o Teatro do Oprimido, com referência às experiências pedagógicas de Paulo Freire e a colaboração com a companhia portuguesa *A Barraca*, às experiências teatrais do próprio Rainer Werner Fassbinder e de Pier Paolo Pasolini como encenadores, e às pesquisas antiautoritárias do *Open Theatre* (de que Sam Shepard foi um dos fundadores), para já não mencionar as vanguardas literárias múltiplas, frequentemente social e politicamente comprometidas, encontram-se testemunhos óbvios do imenso potencial de inovação frequentemente associado a muitos dos movimentos críticos.

Este espaço público cultural com muitas especificidades nacionais criou as suas estruturas de produção, consumo e receção (Bourdieu, 2007, p. 100). Para além da produção referida, inauguraram-se novas instâncias de legitimação da mesma, como fossem novas revistas, novos espaços de crítica artística, literária, musical e estética, e de exibição e de contacto com o público, como os festivais das mais diversas artes, cineclubes, etc.

Seria difícil fazer uma enumeração ainda que meramente exemplificativa de um vastíssimo processo de surgimento de revistas e seus críticos, num movimento que inclui os *Cahiers du Cinéma* ou a *Rolling Stone* como ícones conhecidos em torno dos quais se fizeram, também, experiências jornalísticas ou de pendor literário e que se expressaram em Portugal com o *Mundo da Canção* (1969, Porto) e *Música e Som* (1977, Lisboa), ou até com suplementos de crítica literária e estética na própria imprensa regional, como foi o exemplo do *& etc.*, suplemento do *Jornal do Fundão*, suspenso entre maio e novembro de 1965 pelos Serviços de Censura, por noticiar um prémio literário (o Grande Prémio da Sociedade Portuguesa de Autores), atribuído a Luandino Vieira, na ocasião, prisioneiro político.

Finalmente, destacou-se nesta esfera cultural ao longo dos anos 60 e 70 uma panóplia de novas formas de distribuição e exibição das quais, pela potencial dimensão do objeto, referimos apenas as feitas em Portugal: performances, eventos e festivais (Vilar de Mouros, 1965; Cascais Jazz, 1971; Bienal de Cerveira, 1978),

cineclubismo (Cinanima, 1976; Festival de Cinema da Figueira, 1972 e Cineclube do Porto que se destacou pela dimensão e volume de atividade), cooperativas artísticas (Hot Clube de Portugal, 1950; Árvore, 1963, Porto; Centro Português de Cinema, 1969, Porto; SPA, Lisboa, entre outras) e meios alternativos de divulgação. Além das revistas e suplementos atrás referidos, surgem novos espaços televisivos e radiofónicos, editoras de livros de bolso, direcionados para uma classe média culta que estava atenta a novas sensibilidades. Neste universo perpassa uma teia de sensibilidades contraditórias que muito devem ao que há de, simultaneamente, contextual e universal na sua história. Sociologicamente, as condições permitiram o aparecimento de protagonistas para quem a rutura com o discurso hegemónico fazia parte da constituição das suas subjetividades políticas.

A extensão e diversidade dos objetos apresentados exige considerar as ambiguidades, tensões e diferenças claras entre eles: circuitos de exibição e de comercialização muito distintos, diversidade das propostas, composição dos públicos,

circunstâncias tão diversas como percursos de enorme sucesso comercial manifestamente incitado por grandes editoras e produtoras, ou de maior dependência de subsídios do Estado, ou, ainda, de maior marginalidade comercial e estética, dependente de apoios pontuais e de receitas provenientes de nichos de espectadores.

Este universo contraditório foi acompanhado, ao mesmo tempo, por desenvolvimentos endógenos do mercado, em particular o surgimento de um conjunto de novos meios – miniaturização de aparelhos audiovisuais, *videotape*, CD-ROM, transmissão por cabo e satélite e miniaturização do computador – e a sua integração oligopolista em corporações transnacionais. Apesar das numerosas potencialidades críticas sentidas por intelectuais e ativistas da época, foi um pequeno passo entre as experiências então efetuadas e o fim das restrições constitucionais à propriedade privada de estações de radiodifusão e canais de televisão privados. A Internet, resultado da experiência militar da *Arpanet* e de comunidades de utilizadores que dispunham de conhecimentos para

procederem à transmissão limitada de dados por linha telefónica, foi o ponto de viragem deste ambiente cultural que possibilitou *the next new thing*: as redes sociais digitais.

As discussões e debates sobre a importância da cultura na constituição do espaço público são parte do debate contemporâneo sobre o lugar que esta ocupa na sociedade, como elemento de constituição de espaços diferenciados e cosmopolitas ou como elemento de esvaziamento da política, no limite, através da sua estetização. Abraçamos a natureza ambivalente dos *media* e da cultura na democratização da sociedade. Esta ambivalência remonta aos anos 20 e foi colocada por Walter Benjamin (1997) em termos de uma distinção entre duas modalidades possíveis de uso dos dispositivos modernos de reprodução técnica: por um lado, a “estetização da política” [*Ästhetisierung der Politik*] que nos conduz a modelos massificadores, na sua versão mais benigna, iliberais e protofascistas, numa versão mais pessimista e, por outro, a “politização da arte” [*Politisierung der Kunst*], que consiste na capacidade de as massas usarem as

novas tecnologias para uma atitude de participação e entendimento público, de natureza democrática e crítica. Os desenvolvimentos culturais verificados no pós-guerra entre movimentos contra-culturais, anti-sistémicos e de aprofundamento democrático da diversidade de linguagens e protagonistas e, por outro lado, os movimentos orientados pelos *media* sistémicos, nomeadamente dinheiro e poder, regulados pelo mercado e orientados para uma forte concentração económica de sentido oligopolista e manipulador, refletem esta ambivalência do espaço público cultural.

No desenvolvimento mais recente verificado no novo contexto hipermediatizado, a experiência do mundo esgotou-se, frequentemente, no fascínio pelo aparato comunicacional tecnológico que conduz a uma forma aparentemente inocente e inócua de despolitização pela virtualização. Traduziu-se na apropriação dos eventos da experiência como um espetáculo que desperta um “envolvimento descomprometido”, sem consequências, nomeadamente éticas ou políticas. O ambiente digital surge muitas vezes como ambiente controlado para a

prática de experiências destituídas de contexto ou de pelo menos aquilo que genericamente designamos por tal. A possibilidade de gerar efeitos sem os presenciar fisicamente cria um empobrecimento e despolitização da experiência que está patente em fenómenos como os drones na guerra “limpa”, a pornografia, o *bullying* anónimo, os comentários injuriosos, a fusão da desinformação com o entretenimento (*disinfotainment*), como fenómenos de um mundo aparentemente inconsequente.

O universo da tecnologia digital, neste sentido, suscita atitudes de descomprometimento moral e cívico que têm semelhanças com outras experiências “simulacrais” como a série televisiva *Las Vegas*: o que ali acontece, ali fica sem tocar no universo quotidiano que permanece sem mácula. A despolitização é feita pela virtualização.

Como grande parte deste processo tem lugar em território que implica o menor confronto com as consequências, diminui a ética da responsabilidade, diminuição patente traduzida na incivilidade. As *personas* políticas de Berlusconi, Trump ou

Bolsonaro constituem verdadeiras lições neste plano. O sofrimento, a dor, a ofensa que infligem ou possam infligir fazem parte de uma história da qual não participamos, mas são-nos apresentados sempre à distância e processados de um modo que, no limite, os torna em algo “cool”, irreverente, “patusco” e aparentemente inconsequente. A despolitização da experiência cultural implica um certo risco de um devir-entretenimento da aspiração totalitária. Um filme como *Bombshell* sobre as acusações de assédio imputadas a Roger Ailes, o gestor da FOX News, mostra de forma sagaz este território de mistura entre a ideologia, a desresponsabilização e o entretenimento trivial. A separação entre a proatividade divertida e “cool” e o assédio sexual é claramente esfumada. No ar do tempo, ser uma *jolly good fellow-girl* implica não ser uma desmancha-prazeres e saber esconder o ressentimento e a perda de autoestima. O empoderamento e o seu inverso, o abuso, são “apenas”, de um certo modo, *trending topics*.

No filme citado, claramente assume-se a importância da *persona* política de Donald Trump na hegemonia

*A despolitização
da experiência
cultural implica
um certo risco
de um devir-
entretenimento
da aspiração
totalitária*

sobre as audiências conquistadas pela FOX News, em confronto com as outras corporações televisivas americanas. Desde o *reality-show* *The Apprentice*, nunca um candidato a ditador fingiu tanto a brincar de ditador de faz-de-conta. A experiência separa-se aparentemente das suas consequências para se dissolver em espetáculo sendo, todavia, mais do que isso. A nova gestão das emoções na atual indústria cultural, empobrecendo a experiência, empobrece sobretudo a vida em comum e a empatia com Outrem, eliminando o que é concreto e apreensível num contexto gerador de sentido. No limite, é a representação do ser humano que surge claramente desfigurada, ou antes, figurada de modo unidimensional, particularmente no que toca ao sofrimento infligido num ambiente de quase-paródia.

Universalismo situado

Apesar de as relações entre cultura e espaço público se revelarem marcadas pela gestão da emoção, esta, pela sua natureza espetacular e desenraizada de um contexto de

memória é largamente responsável por uma diminuição da empatia, no que esta significa de encontro com Outrem. A crise da experiência do público tem uma dimensão psicológica que se articula com a alteração do espaço (a presença e a proximidade ganharam outros significados), com a sucção do tempo e da memória quotidianos.

Nesta reconfiguração de conceitos, a ideia de um humanismo universalista, impensável sem um encontro com Outrem, parece estar comprometida na sua facticidade. Neste contexto, o sociólogo brasileiro de origem belga Frédéric Vanderberghe (2002, p. 563) propõe uma reconstrução da fenomenologia da intersubjetividade transcendental de Husserl como alternativa à Teoria do agir comunicacional de Habermas (1987), numa perspetiva que visa estabelecer um fundamento fenomenológico mais contextual e concreto e, portanto, menos formal, menos unilateralmente dependente do processo de exercício dialógico e argumentativo da razão.

No esquema neokantiano da teoria do agir comunicacional, a predominância do *logos* – da razão e do

argumento – deixa um espaço escasso para o corpo e para as emoções no que respeita à realização da comunicação bem-sucedida (Vanderberghe, 2002, p. 569). A psicologia do humano nas teorias neokantianas, como a de Habermas, centra-se na razão cognitiva e instrumental e menos na razão expressiva.

A proposta de Vanderberghe procura explorar a afirmação da empatia como uma forma particular de emoção que carece da recuperação da ideia de copresença para dar significado, contexto e dimensão crítica à experiência.

No essencial, em vez se tomar a intersubjetividade como garantida, como um passo inquestionável de suas análises (quase) transcendentais da ilimitada comunidade de comunicação, pressupõe-se, fenomenologicamente, que Ego e Alter carecem de se constituir reciprocamente um ao outro, como um Alter Ego para cada uma das partes. Neste processo de constituição recíproca, não é possível investigar as interações sociais sem analisar como o Outro é constituído como Alter Ego por meio da empatia (*Einfühlung*), isto é, através da percepção do corpo do Outro como

um corpo vivo. Em vez de se tomar a intersubjetividade como um dado *a priori* e autoevidente, esta passa a ser entendida como resultado de um processo de constituição de Outrem como alguém idêntico a mim, o que abre as portas para a ideia ética de uma Humanidade comum cujos membros mutuamente se reconhecem. Esta noção é fundamental para a constituição de uma experiência comum, sem a qual não há experiência crítica. O Alter Ego terá de ser constituído como um Ego que é ele próprio um Ego constituinte (Husserl citado em Vanderbergue, 2002, p. 575).

É nesta constituição recíproca que a sociedade se torna possível. Sem essa constituição mútua não é possível a eticidade da experiência comum.

Só quando entro em comunicação com Outrem, as minhas ações podem motivar as suas e vice-versa. A sociabilidade constitui-se a si mesma através do que é especificamente social, isto é, através de atos comunicativos, atos em que Outrem está consciente de si como aquele a quem me dirijo. Vanderberghe (2002, p. 581) comenta que à medida que Husserl enfatiza a importância deste

acordo para a coordenação da ação, mais a sua posição parece compatível com a teoria comunicativa da ação de Habermas.

Apesar deste passo fenomenológico constituir um passo para uma intersubjetividade menos apriorística e mais resultante de processos de constituição recíproca que implicam uma interação social eticamente significativa, continua a levantar problemas. Husserl postula a hipótese que, caso um corpo que seja semelhante ao meu corpo orgânico entre no meu campo perceptual, então, por uma transferência de sentido, mais particularmente do sentido “outro corpo orgânico”, se lhe atribua este mesmo sentido a partir do meu próprio corpo (cf. Schutz, 1975, p. 62).

Alfred Schutz, o fenomenólogo austríaco que mais se aproximou da Sociologia, considera que Husserl faz assentar o fundamento da alteridade (da presença de Outrem) num processo de redução que ocorre na mente de cada sujeito isoladamente considerado. Na sua análise crítica, Schutz considera que é impossível propor qualquer análise da interação social a partir de um Ego e de um

Alter considerados à partida como separados entre si, como faz Husserl. O indivíduo, no mundo da vida quotidiano, não está isolado. O seu próprio “eu” já depende das relações que estabelece com os outros indivíduos. A empatia só funciona como processo quotidiano que recolhe a sua fundamentação na experiência e na memória quotidianas. “A capacidade de Outrem em responder às minhas ações, a reciprocidade de atos que daí resulta, o facto social primeiro e fundamental para a constituição de um ambiente comum” (Schutz, 1975, p. 144). Assim, Schutz afirma que compreender as outras pessoas implica captar os contextos de significado próprios dessas mesmas pessoas (Schutz, 1967, p. 107-113). Cético quanto a esta fundamentação de Husserl da comunidade, Schutz interroga-se acerca de “como pode o filósofo isolado, o observador transcendental não participante meditar com outrem?” (Schutz, 1975, p. 80). A instauração de um laço entre Ego e Alter Ego requer como condição o encontro com outro realizado no plano do mundo da vida quotidiana.

O problema desta perspectiva é que as exigências conflituais incontornáveis ao mundo da vida podem ser obliteradas a fim de dar lugar a uma nova idealização. Ao contexto de significado de outras pessoas e de outros grupos sociais importa a existência de horizontes sociais, culturais e históricos distintos, marcados por pretensões de validade específicas e exigências de reconhecimento próprias. É neste sentido que à categoria da empatia, entendida por Husserl como percepção do corpo de Alter como idêntico ao de Ego, e a empatia entendida como a percepção de Outrem num contexto intersubjetivo mundano que se desenvolve na vida quotidiana, importa adicionar o conceito de reconhecimento.

A ausência deste reconhecimento e a experiência do desprezo social podem fazer com que um sujeito entre em conflito. O reconhecimento não passa apenas por um simples processo de empatia (Husserl) obtido através do contexto de significado enraizado no mundo da vida quotidiana dos atores sociais (Schutz), embora careça também dele. As experiências da vida são múltiplas e diferenciadas

e as províncias de significado do mundo da vida são múltiplas, diversificadas e dotadas de uma certa dose de autorreferencialidade e de mútua estranheza, como as recentes crises de migração têm vindo a recordar. As lutas pelo reconhecimento implicam uma dimensão conflitual que adquire uma forte componente moral, na medida em que comportam o desejo de um estágio superior de eticidade (cf. Honneth, 1997).

Nesse sentido, as lutas pelo reconhecimento são fundamentais para a existência de uma publicidade crítica. Se não é possível uma universalidade como a que construímos em horizontes históricos diversificados (greco-latinos, judaico-cristãos ou crítico-iluministas), acompanhada de uma narrativa legitimadora, a qual dificilmente era uma “verdadeira” universalidade, é possível, em alternativa, imaginar antes “universalidades situadas” em que reconhecemos o universo a partir do corpo, do mundo quotidiano, da história e memória, dos contextos de dominação e das pretensões de validade específicas.

No limite, o público é uma existência estruturante ligada a uma

consciência comum da humanidade que se articula de forma empírica com o corpo, a experiência e o ambiente. Porém, se essa consciência comum se fundamenta na experiência concreta de Outro como Ego, também tem que reconhecer a diversidade das experiências mundanas e das diferentes cicatrizes sociais que as mesmas comportam por parte de grupos excluídos ou objetos de relações de dominação diversas as quais se expressam em pretensões de validade contraditórias. Tal exige uma gramática moral que entende que o universalismo implica a extensão de direitos a uma humanidade sem ignorar a especificidade das experiências históricas concretas das diferentes partes dessa humanidade, o que carece das categorias comunicativas essenciais da empatia, da experiência quotidiana e do reconhecimento.

Conclusão

As exigências de empatia e de reconhecimento foram em grande parte esquecidas numa parte significativa dos processos de mediatização contemporâneos. Se as expressões

cultural e mediática são um elemento estruturante da ideia de público e da ideia de humanidade, também se reconhece que os *media* e os processos culturais são ambivalentes, podendo conduzir à politização ou despolitização da experiência. Porém, recentemente uma parte significativa dos processos mediáticos são canalizados para uma virtualização das relações humanas que, apesar de gerar uma certa excitação emocional, se traduz mais na espectacularização ou na banalização da experiência trivial do que na verdadeira consideração dos contextos de significado dos sujeitos humanos concretos. Corre-se o risco de banir, ao mesmo tempo, quer o movimento no sentido da percepção do humano que resulta da empatia, quer o movimento que resulta das diferentes experiências e contextos de significado, pelo qual cada humano concreto assume uma maneira própria de viver a sua humanidade, e que se manifesta em lutas pelo reconhecimento.

Não se trata de opor a realidade virtual à realidade real como se a primeira não fosse real. Trata-se sim de não esquecer os contextos

de significado intrinsecamente humanos que continuam a fazer parte dos processos comunicativos e das interações *on* ou *off line*. Tal implica que os profissionais da comunicação não se abstraíam das memórias e significados partilhados, reconheçam a situação concreta dos atores sociais representados e acolham esses contextos, construindo a empatia com os mesmos e procedendo ao reconhecimento das suas diversidades.

Referências bibliográficas

- Adorno, T. (1987). A indústria cultural. In G. Cohn (Ed.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 287-295). São Paulo: T.A. Queiroz Editora.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1995). *Dialectic of enlightenment*. London: Verso.
- Basualdo, A. (1995). A literatura inglesa do século XVIII. In *História da literatura* (Vol. II, pp. 202-203). Lisboa: Editores Reunidos.
- Baxter, J. (Ed.) (2006). *Speaking out: The female voice in public contexts*. Basingstoke, England, and New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Benjamin, W. (1997). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política* (pp. 165-196). São Paulo: Brasiliense.
- Bilodeau, A., Turgeon, L., White, S., & A. Henderson (2018). Strange bedfellows? Attitudes toward minority religious symbols in the public sphere. *Politics and Religion*, 11(2), 309-333. <https://doi.org/10.1017/S1755048317000748>
- Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Buesco, M. L. C. (1995). Literatura portuguesa do século XVIII. In *História da literatura* (Vol. III, pp. 15-19). Lisboa: Editores Reunidos.
- de la Dehesa, R. (2010). *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emerging democracies*. Durham, NC: Duke University Press.
- DiCenzo, M. (2000). Militant distribution: Votes for women and the public sphere. *Media History*, 6(2), 115-128. <https://doi.org/10.1080/13688800020008574>
- DiCenzo, M., Delap, L., & Ryan, L. (2011). *Feminist media history suffrage. Periodicals and the public sphere*. London: Palgrave Macmillan.

- Dominguez, V. R. (1995). Invoking racism in the public sphere: Two takes on national self-criticism. *Identities*, 1(4), 325-346. <https://doi.org/10.1080/1070289X.1995.9962514>
- Escrívela, C. M. (2013). In search of a telos: A critique of the performative green public sphere. *Diacrítica*, 27(2), 65-86.
- Fabj, V., & Sobnosky, M. J. (1995). Aids activism and the rejuvenation of the public sphere. *Argumentation and Advocacy*, 31(4), 163-184. <https://doi.org/10.1080/00028533.1995.11951609>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the public sphere. On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30. <https://doi.org/10.1177/0263276407080090>
- Gillett, J. (2003). Media activism and Internet use by people with HIV/AIDS. *Sociology of Health & Illness*, 25(6), 608-624. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.00361>
- Göle, G. (1997). The gendered nature of the public sphere. *Public Culture*, 10(1): 61-81. <https://doi.org/10.1215/08992363-10-1-61>
- Goodman, J. (2009). From global justice to climate justice? Justice ecologism in an era of global warming. *New Political Science*, 31(4), 499-514. <https://doi.org/10.1080/07393140903322570>
- Guerrero, B. G., Pérez, V. G., & Arfelis, M. B. (2019). Ethical reconstruction of citizenship: A proposal between the intimate self and the public sphere. *Journal of Moral Education*, 48(4), 483-498. <https://doi.org/10.1080/03057240.2018.1563880>
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. 2 vols. Paris: Fayard.
- Habermas, (1996). *Between facts and norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- Hazard, P. (1974). *O Pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença.
- Honneth, A. (1997). *La lucha por el reconocimiento*. Barcelona: Critica.
- Husserl, E. (1976). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris: Gallimard.
- Lopes, O., & Saraiva, A. J. (1978). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Magalhães, S. I., Cerqueira, C., & Bernardo, M. (2012). Media and the (im)permeability of public sphere to gender. In M. N. da Costa (Ed.) *Democracia, mass media e esfera pública* (pp. 35-52). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- McCann, B. J. (2011) Queering expertise: Counterpublics, social change, and the corporeal dilemmas of LGBTQ equality. *Social Epistemology*, 25(3), 249-262. <https://doi.org/10.1080/02691728.2011.578302>
- Mendonça, R. F. (2007). Hansenfase e mundo da vida: as diferentes facetas de um estigma milenar. *Revista ECO-Pós*, 10(1), 120-147. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v10i1.1045>
- Negt, O., & Kluge, A. (1993). *Public sphere and experience: Toward an*

- analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Papastephanou, M. (2012). Exploring Habermas's critical engagement with Chomsky. *Human Studies*, 35(1), 51-76. <https://doi.org/10.1007/s10746-012-9210-8>
- Pesetsky, D. (1999). Linguistic universals and universal grammar. In R. A. Wilson, & F. C. Keil (Eds.), *The MIT encyclopedia of the cognitive sciences* (pp. 473-475). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Picazo, M. D., & Gutierrez, F. (1995). Gerações literárias do iluminismo francês. In *História da literatura* (Vol. II, pp. 229-234). Lisboa: Editores Reunidos.
- Schutz, A. (1967). *The phenomenology of the social world*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Schutz, A. (1975). The problems of transcendental intersubjectivity in Husserl. In I. Schutz (Ed.), *Collected papers III: Studies in phenomenological philosophy* (pp. 51-82). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Torgerson, D. (2006). Expanding the green public sphere: Post-colonial connections. *Environmental Politics*, 15(5), 713-730. <https://doi.org/10.1080/09644010600937157>
- Torgerson, D. (2008). Constituting green democracy: A political project. *The Good Society*, 17(2), 18-24. <https://muse.jhu.edu/article/258166>
- Torgerson, D. (2010). Policy discourse and public spheres: The Habermas paradox. *Critical Policy Studies*, 4(1), 1-17. <https://doi.org/10.1080/19460171003714914>
- Valverde, J. M. (1995a). Escritoras inglesas do século XIX. In *História da literatura* (Vol. IV, pp. 26-36). Lisboa: Editores Reunidos.
- Valverde, J. M. (1995b). Dickens e a literatura da Revolução Industrial. In *História da literatura* (Vol. IV, pp. 38-48). Lisboa: Editores Reunidos.
- Vanderberghe, F. (2002). Empathy as the foundation of the social sciences and of social life: A reading of Husserl's phenomenology of transcendental intersubjectivity. *Sociedade e Estado*, 17(2), 563-585.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, I. M. (1996). Communication and the other: Beyond deliberative democracy. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and difference. Contesting the boundaries of the political* (pp. 120-135). Princeton, NJ: Princeton University Press.